

Presidente recebe esboço do decreto que cria a Comissão Constitucional

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney receberá hoje, do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, durante a reunião do Conselho Político, a minuta do decreto criando a Comissão Constitucional, encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Constituição, que poderá ser assinado ainda esta semana. O Presidente discutirá com as lideranças partidárias a melhor maneira de convocar a Constituinte, a ser eleita em 1986.

A redação final da proposta de decreto é do Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Perence. Segundo assessores do Governo, o decreto tem poucos artigos, criando a Comissão e estipulando um pequeno regimento interno, que lhe dá autonomia para organizar seu esquema de trabalho.

Os nomes dos membros da Comissão — possivelmente com a exceção do Presidente, jurista Afonso Arinos — não deverão constar do decreto. Os integrantes deverão chegar a 50, divididos, meio a meio, entre juristas e representantes da sociedade. O Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, foi confirmado como relator, mas sua participação vem sendo discutida, em função das atividades de Líder, que o ocupam integralmente, e da intenção de não se colocar alguém do Governo na comissão.

Apesar do sigilo que vem sendo guardado sobre a lista — os 33 “nomes básicos”, escolhidos pelo Presidente Tancredo Neves, foram entregues ao Presidente Sarney, que já convidou pessoalmente mais algu-

mas pessoas —, circulam já como certos os nomes dos juristas Paulo Brossard, Paulo Bonavides, Seabra Fagundes e Miguel Reale.

Além disso, sabe-se que constaram das cogitações iniciais o economista Celso Furtado, o jurista Pinto Ferreira (ex-Presidente do PMDB de Pernambuco), o economista Walter Barelli (do Dieese) e o jurista Josafá Marinho. O Ministério da Justiça recebeu também indicações, que poderão ser ou não aceitas, como a da Vereadora Benedita Silva, do Rio, feita pelo Presidente do PT, Luís Inácio da Silva, e a do líder indígena Ailton Krenak, feita pela Associação Brasileira de Antropologia.

Segundo os mesmos assessores do Governo, caberá ao Presidente Sarney definir se a Comissão funcionará no âmbito do Ministério da Justiça ou do Palácio do Planalto. Frisam, no entanto, que a Comissão terá autonomia de trabalho e não elaborará um anteprojeto do Governo para ser apresentado à Constituinte, mas sim um esboço “feito com recursos do Governo”.

Diversas idéias estão sendo estudadas para o funcionamento da Comissão. A principal delas, já quase acertada, é a criação de subcomissões por assunto, que se reunirão em diversas cidades do País. Além disso, estão sendo examinadas propostas como a do PT, que quer criar assembleias municipais para discutir a Constituição, para que a participação da sociedade no projeto seja a mais ampla possível.

GLOBO